

# ADS ER EÓLICA CORREDOR DO SENANDES II S.A.

CNPJ/MF nº 14.531.063/0001-89

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.425	8.985
Contas a receber	5	3.248	3.612
Impostos a recuperar		2	34
Outros créditos		31	203
<b>Total ativo circulante</b>		<b>7.706</b>	<b>12.834</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	6	3.064	2.035
Depósito judicial		-	-
Direito de uso de ativos	7	1.174	1.224
Imobilizado	8	54.884	58.525
Intangível		1.634	1.772
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>60.756</b>	<b>63.556</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>68.462</b>	<b>76.390</b>

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais líquidas	12	14.141	12.735
Custo dos produtos vendidos	13	(6.950)	(5.320)
<b>Lucro bruto</b>		<b>7.191</b>	<b>7.415</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	14	(259)	(153)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	(1.313)	492
<b>Resultado operacional</b>		<b>5.619</b>	<b>7.754</b>
Resultado financeiro, líquido	16	(2.245)	(2.386)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>3.374</b>	<b>5.368</b>
Imposto de renda e contribuição social	17	(705)	(499)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.669</b>	<b>4.869</b>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	18	0,09	0,16

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Informações gerais** – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes II S.A. ("ADS Corredor do Senandes II" ou "Companhia"), anteriormente NCR Eólica Corredor do Senandes II S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande - RS, constituída em 13 de outubro de 2011 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (MME) para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado "Corredor do Senandes II" ("Corredor do Senandes II" ou o "Projeto"); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão nº 03/2011. O Projeto possui capacidade instalada de 21,60 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 10,6 MWh pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza a capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWh no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 08 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes") e indiretamente pela ADS Energias Renováveis S.A. ("NCRER"). A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de abril de 2023. **Impactos da pandemia de Covid-19:** Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) que compra toda a energia gerada pela Companhia. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo; • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como mulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Representação de valores correspondentes:** Em 1 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC 06(R2) - Arrendamentos. Tendo em vista que a Companhia não realizou a implementação do referido CPC desde sua vigência, a Companhia fez a adoção integral de forma retrospectiva e portanto, representou suas demonstrações financeiras a fim de demonstrar os impactos efetivos da norma vigente seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os saldos rerepresentados foram afetados da seguinte forma:

	31/12/2021		01/01/2021	
	Originalmente apresentado	Ajustes	Originalmente apresentado	Ajustes
<b>Ativo</b>				
<b>Total do ativo circulante</b>	12.834	-	8.928	8.928
<b>Ativo não circulante</b>				
Direito de uso dos ativos	-	1.224	-	1.275
Outros ativos não circulantes	62.332	-	67.495	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>62.332</b>	<b>1.224</b>	<b>67.495</b>	<b>1.275</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>75.166</b>	<b>1.224</b>	<b>76.423</b>	<b>1.275</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
Passivos de arrendamento	-	172	-	164
Outros passivos circulantes	6.230	-	7.426	-
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>6.230</b>	<b>172</b>	<b>7.426</b>	<b>164</b>
Passivos de arrendamento	-	1.149	-	1.177
Outros passivos não circulantes	29.500	-	33.306	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>29.500</b>	<b>1.149</b>	<b>33.306</b>	<b>1.177</b>
Reserva de lucros	795	97	5.290	(66)
Outros itens do patrimônio líquido	38.641	-	38.641	-
<b>Total Patrimônio líquido</b>	<b>39.436</b>	<b>97</b>	<b>35.559</b>	<b>(66)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>75.166</b>	<b>1.418</b>	<b>76.291</b>	<b>1.275</b>

	31/12/2021		01/01/2021	
	Originalmente apresentado	Ajustes	Originalmente apresentado	Ajustes
Receita operacional líquida	12.735	-	12.735	-
Custo dos imóveis vendidos	(5.471)	151	(5.320)	-
<b>Lucro bruto</b>	<b>7.264</b>	<b>151</b>	<b>7.415</b>	<b>-</b>
Receitas / (despesas) operacionais	339	-	339	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>7.603</b>	<b>151</b>	<b>7.754</b>	<b>-</b>
Resultado financeiro	(2.530)	(144)	(2.386)	-
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>5.073</b>	<b>7</b>	<b>5.368</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social	4.574	7	4.499	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.669</b>	<b>-</b>	<b>4.869</b>	<b>-</b>

Os impactos nas demonstrações de resultados abrangentes e demonstração das mutações do patrimônio líquido são reflexos dos ajustes demonstrados acima. Os ajustes acima trouxeram os seguintes impactos na demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021		01/01/2021	
	Originalmente apresentado	Ajustes	Originalmente apresentado	Ajustes
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.899	164	9.063	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	1.376	-	1.376	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(5.639)	(164)	(5.803)	-
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	4.636	-	4.636	-

**2.3. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **i) Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela administração. Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "resgate"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Os principais ativos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos. **ii) Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar e fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, partes relacionadas. **iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são apresentados liqui-

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	3.942	3.918
Fornecedores		28	199
Passivo de arrendamento	7	303	172
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias		87	75
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	152	174
Partes relacionadas	10	-	538
Dividendos a pagar	10/11	634	1.155
Outras contas a pagar		35	171
<b>Total passivo circulante</b>		<b>5.181</b>	<b>6.402</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	9	25.884	29.500
Passivo de arrendamento	7	995	1.149
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>26.879</b>	<b>30.649</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	11		
Capital social		29.814	29.814
Reserva legal		831	698
Reserva de lucros		5.757	8.827
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>36.402</b>	<b>39.339</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>68.462</b>	<b>76.390</b>

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	31/12/2022	31/12/2021	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	2.669	4.869	4.869
<b>Resultado abrangente</b>	<b>2.669</b>	<b>4.869</b>	<b>4.869</b>

as notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E 1º DE JANEIRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reservas de lucros		Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados		Total do patrimônio líquido	
	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	
31/12/2021	29.814	455	5.356	-	-	-	35.625	
31/12/2022	29.814	831	5.757	4.869	4.869	4.869	48.845	

dos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **iv) Redução do valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impactado no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução do valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com **defaults**. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de preço. **2.5. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota 9). **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber tem origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou **impairment** como perdas incorridas e ajustadas. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que o valor recuperável estimado. **2.8. Intangível:** O intangível inclui licenças e direitos para implantação e operação do Projeto, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, registrados ao custo e deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (CER), 20 anos a partir do início das operações. **2.9. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incórridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. **2.11. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir. **Venda de energia elétrica:** A Companhia comercializa a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica na seguinte modalidade: • Vendas de energia de LER, na qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; e • Vendas de energia no mercado livre - PLD, na qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. **a) Receita financeira:** A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente ao rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados e seus reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual de lucro presumido base para o cálculo do imposto de renda para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 8%. Sobre o lucro presumido é apurado o imposto à uma alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. O percentual de lucro presumido base para o cálculo da contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia é encontrado através da aplicação da taxa de 12%. Sobre o lucro presumido, é apurada a contribuição social à uma alíquota de 9%. **2.13 Arrendamentos:** A Companhia aplicou, de forma retrospectiva, o CPC 06(R2) vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento no contrato ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial. **a) Como arrendatário:** Como arrendatário, a Companhia arrendou diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente O Grupo. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial. No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual. No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento. **b) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R2):** Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	31/12/2022	31/12/2021	(Reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	3.374	5.368	5.368
<b>Ajustes:</b>			
Depreciação e amortização	3.829	3.829	3.829
Juros e atualização sobre empréstimos e financiamentos	2.837	2.515	2.515
Provisão de juros	142	144	144
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber	364	874	874
Partes relacionadas	(538)	2	2
Impostos a recuperar	(160)	(64)	(64)
Outros créditos	172	(110)	(110)
Fornecedores	(171)	181	181
Impostos a pagar e obrigações sociais e trabalhistas	12	9	9
Outras contas a pagar	(136)	(769)	(769)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	<b>9.725</b>	<b>9.725</b>	<b>9.725</b>
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(2.613)	(2.516)	(2.516)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(535)	(400)	(400)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>6.577</b>	<b>6.577</b>	<b>6.577</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Títulos e valores mobiliários	(1.029)	1.406	1.406
Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	(30)	(30)